



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

A C Ó R D ã O
(2ª Turma)
GMJRP/mc/JRP/vm/li

RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE.

PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Não se cogita de negativa de prestação jurisdicional, porquanto o Regional apresentou todos os fundamentos suficientes para a formação de seu convencimento, abarcando e resolvendo, de forma clara, completa e coerente, todas as questões essenciais da controvérsia submetida a seu julgamento. O fato de o Juízo *a quo* não ter decidido conforme as pretensões do ora agravante não constitui negativa de prestação jurisdicional. Para que se tenha por atendido o dever constitucional de fundamentação de todas as decisões judiciais, basta que nessas se enfrentem, de forma completa e suficiente, todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia.

Recurso de revista **não conhecido.**

RESCISÃO INDIRETA. REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO EMPREGADO. IMEDIATIDADE. DESNECESSIDADE.

A discussão dos autos gira em torno da possibilidade de reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho quando o empregado continua a prestar serviços à empregadora por mais de 10 meses após a redução da sua carga horária de trabalho. O Tribunal Regional entendeu ser indevido o reconhecimento da rescisão indireta, pois, “embora tenham ocorrido os fatos mencionados pelo autor, quanto à diminuição da sua habitual carga horária e à divulgação de que ministrava aulas na instituição por força de decisão liminar, é verdade que o



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

recorrente laborou por mais de dez meses e nunca se insurgiu contra as referidas atitudes atribuídas à ré”. Nota-se, portanto, que a redução da carga de trabalho do reclamante foi comprovada, o que é grave o suficiente para o reconhecimento da rescisão indireta, nos termos do artigo 483, alínea “d”, da CLT, que estabelece que “o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando: (...) d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato”. Além disso, importante registrar que, na hipótese destes autos, não há qualquer menção na decisão recorrida acerca dos motivos que ensejaram a redução da carga horária do empregado, de forma que essa prática deve ser considerada ilícita, nos termos em que dispõe a Orientação Jurisprudencial nº 244 da SbdI-1, “a redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, não constitui alteração contratual, uma vez que não implica redução do valor da hora-aula”. Por outro lado, este Tribunal Superior tem reiteradamente entendido que, nessas circunstâncias, a imediatidade no ajuizamento da reclamação trabalhista contra as graves infrações contratuais pelo empregador não é imprescindível para que, nos termos e para os efeitos do artigo 483 da CLT, se reconheça o direito do empregado de considerar rescindido o contrato de trabalho e pleitear a devida indenização, pois, em virtude de sua hipossuficiência, muitas vezes ele se vê na contingência de suportar situações que lhes são prejudiciais e gravosas para manter o seu emprego, fonte de sustento para si e seus familiares. No caso dos autos, em face de todo o mencionado, constata-se que a redução da carga horária do empregado autoriza o reconhecimento da rescisão indireta, com o consequente pagamento das verbas rescisórias pertinentes a essa



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

modalidade de ruptura do pacto laboral.
Precedentes.

Recurso de revista **conhecido e provido.**

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DISSEMINAÇÃO DA NOTÍCIA DE REGRESSO DO EMPREGADO AO TRABALHO EM DECORRÊNCIA DO CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL, COM A FINALIDADE DE OFENDER A SUA IMAGEM. MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) PARA R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS).

No caso dos autos, em que ficou demonstrada a prática de assédio moral no ambiente de trabalho em face da disseminação da notícia, inclusive nas redes sociais, de que o retorno do empregado ao trabalho teria sido decorrente de determinação judicial, com vistas a ofender a sua imagem, a indenização arbitrada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) revelou-se manifestamente desproporcional ao dano experimentado pelo empregado. As circunstâncias fáticas delineadas no acórdão regional são extremamente graves e revelam a intenção maliciosa da empregadora de expor indevidamente o professor e de intimidar, não só a ele, mas também a todos os empregados, por exercerem o direito fundamental de acesso à justiça constitucionalmente garantido. Nesse contexto, em atenção ao princípio da proporcionalidade, à extensão do dano, à culpa e ao aporte financeiro da reclamada, bem como à necessidade de que o valor fixado a título de indenização por danos morais atenda à sua função suasória e preventiva, capaz de convencer o ofensor a não reiterar sua conduta ilícita, entende-se que o valor arbitrado na instância ordinária deve ser majorado para a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Recurso de revista **conhecido e parcialmente provido.**

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL.

Esta Corte trabalhista adota o entendimento de ser o termo inicial para a incidência dos juros de mora, em ações que versem sobre indenização por danos morais, a data de ajuizamento da ação trabalhista. Nesse sentido, foi editada a Súmula nº 439 do TST, que assim dispõe: “DANOS MORAIS. JUROS DE MORA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012 Nas condenações por dano moral, a atualização monetária é devida a partir da data da decisão de arbitramento ou de alteração do valor. Os juros incidem desde o ajuizamento da ação, nos termos do art. 883 da CLT.”.

Recurso de revista **conhecido e provido.**

RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA.

PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Não se cogita de negativa de prestação jurisdicional, porquanto o Regional apresentou todos os fundamentos suficientes para a formação de seu convencimento, abarcando e resolvendo, de forma clara, completa e coerente, todas as questões essenciais da controvérsia submetida a seu julgamento. O fato de o Juízo *a quo* não ter decidido conforme as pretensões do ora agravante não constitui negativa de prestação jurisdicional. Para que se tenha por atendido o dever constitucional de fundamentação de todas as decisões judiciais, basta que nessas se enfrentem, de forma completa e suficiente, todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia.



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Recurso de revista **não conhecido.**

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DISSEMINAÇÃO DA NOTÍCIA DE REGRESSO DO EMPREGADO AO TRABALHO EM DECORRÊNCIA DO CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL, COM A FINALIDADE DE OFENDER A SUA IMAGEM. RECURSO AMPARADO EM DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL INSERVÍVEL.

No caso, pugna a reclamada, com amparo em divergência jurisprudencial, seja reformada a sentença na qual foi condenada ao pagamento de indenização por danos morais. No entanto, a alegada divergência jurisprudencial não ficou demonstrada, na medida em que os arestos trazidos para cotejo são inservíveis ao confronto de teses, porquanto oriundos do próprio órgão prolator da decisão recorrida, desatendendo, assim, ao disposto no artigo 896, alínea "a", da CLT e atraindo a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 111 da SbDI-1 desta Corte.

Recurso de revista **não conhecido.**

REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO À INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Prejudicada a análise do recurso de revista da reclamada, no tema, em face do conhecimento e provimento do recurso de revista do reclamante para majorar o valor da indenização por danos morais.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº **TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003**, em que são Recorrentes **ASSOCIAÇÃO DE ENSINO NOVO ATENEU e MUNIR GAZAL** e são Recorridos **OS MESMOS**.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, por meio do acórdão de págs. 231-248, complementado às págs. 259-267, deu parcial



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

provimento ao recurso ordinário interposto pelo reclamante para aumentar o valor da indenização por danos morais deferido na sentença para a importância de R\$ 20.000,00.

Quanto ao recurso ordinário da reclamada, negou-lhe provimento.

Inconformados, a reclamada e o reclamante interpõem recursos de revista, às págs. 270-282 e 284-305, com fundamento no artigo 896, alíneas "a" e "c", da CLT.

Os recursos de revista foram admitidos no despacho exarado às págs. 306-310.

Contrarrazões apresentadas pelo reclamado às págs. 312-316 e 317-331.

Não houve remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, ante o disposto no artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

V O T O

RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE

1. PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

CONHECIMENTO

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região confirmou a sentença na qual se concluiu que a demissão do autor teria sido a pedido, adotando, para tanto, os seguintes fundamentos:

RECURSO ORDINÁRIO DE MUNIR GAZAL

1. Rescisão indireta

O autor pleiteia a reforma da sentença, na qual foi indeferida sua pretensão quanto à reversão do pedido de dispensa para rescisão indireta do contrato de trabalho, em razão da falta de imediatidade da iniciativa do autor



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

(fl. 317-v). Para tanto, alega que agiu de forma imediata em face dos acontecimentos, uma vez que informou por escrito à ré em 20-12-2004 sua intenção de rescindir o contrato de forma indireta, o que se deu em face das atitudes perpetradas pela ré, as mesmas que lhe causaram ofensa de ordem moral (diminuição da sua habitual carga horária e divulgação pela coordenadora Nádia Mikos do fato de que o autor dava aulas na instituição por força de decisão judicial liminar, com o intuito de desmoralizá-lo, forçando-o a pedir demissão). Pede, também, que seja a ré condenada ao pagamento da indenização pelo rompimento do contrato de trabalho em razão de ato discriminatório disciplinado na Lei nº 9.029/95 (fls. 321/339).

Examina-se.

Segundo a petição inicial (fls. 19/24), o autor foi reintegrado como docente da instituição em 17-02-2004, quando sofreu diminuição da sua habitual carga horária, além de ter ocorrido a divulgação pela coordenadora Nádia Mikos do fato de que o autor dava aulas na instituição por força de decisão liminar, com o intuito de desmoralizá-lo, tendo seu desligamento se operado definitivamente em 20-12-2004, por iniciativa do autor.

A presente ação foi ajuizada em 02/03/2005 (fl. 4).

O autor, como dito acima, comunicou sua intenção de rescindir indiretamente o contrato de trabalho em 20-12-2004, conforme documento de fl. 34, pondo termo ao contrato de trabalho, por sua livre e espontânea iniciativa.

O entendimento desta C. Primeira Turma em tais casos é no sentido de que o ex-empregado não pode, posteriormente ao pedido de ruptura contratual, pretender a alteração da forma da extinção do vínculo de emprego para rescisão indireta.

Nesse sentido o recente julgado desta Turma:

"Ressalta-se que a rescisão indireta e o pedido de demissão se repelem recíproca e necessariamente, como respectivas formas de resolução e resilição do contrato de trabalho. Vale dizer, são formas de extinção do contrato de labor que não coexistem.

Assim, para que se conceda a reversão do pedido de demissão em rescisão indireta, faz-se mister a robusta demonstração do ato ou fato que veio a contaminar a vontade exarada no referido pedido, a ponto de se declarar a nulidade alegada e, consequentemente, converter em rescisão



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

indireta, o que em nenhum momento se verificou no caso dos autos." (autos 32162-2011-084-09-00-2, publicado dia 19.02.2013, Rel. Célio Horst Waldruff).

Na hipótese, embora tenham ocorrido os fatos mencionados pelo autor, quanto à diminuição da sua habitual carga horária e à divulgação de que ministrava aulas na instituição por força de decisão liminar, é verdade que o recorrente laborou por mais de dez meses e nunca se insurgiu contra as referidas atitudes atribuídas à re.

Logo, a iniciativa de ruptura contratual do autor (demissão) impede o reconhecimento de rescisão indireta por incompatibilidade dos dois institutos. Nesse sentido, também, o precedente desta C. Primeira Turma (RO-01204-2012-091-09-00-2, Relator Des. Paulo Ricardo Pozzolo, julgado em 28-05-2013 e acórdão publicado dia 04/06/2013).

Pelas mesmas razões expostas, indevida a pleiteada indenização pelo rompimento do contrato de trabalho por prática de ato discriminatório (Lei nº 9.029/95) porque este não foi verificado na hipótese ora sub julgamento.

Note-se que o autor transcreve o art. 1º da Lei 9.029/95 à fl. 337 e grifa o inciso II, o qual, em verdade, refere-se ao art. 4º da mesma Lei e que trata de percepção, em dobro, da remuneração dos períodos de afastamento, tido este como aquele decorrente de rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório (*caput* do art. 4º).

Ocorre que, conforme visto, o autor foi reintegrado em decorrência de liminar obtida em juízo. Todavia, a ruptura contratual que ensejou o presente pedido de reconhecimento de rescisão indireta não teve como fundamento nenhum ato caracterizado como discriminatório. Até porque, ficou comprovado que foi do autor a iniciativa de romper o contrato de emprego que mantinha com a ré.

Deste modo, não se verifica ofensa ao art. 5º, XXXIV e XLI, da Constituição da República mencionados no recurso, às fls. 338/339. Tampouco se observa hipótese que ampare a aplicação do art. 4º, I ou II, da Lei 9.029.

Como consequência lógica, confere-se que o caso ora sob julgamento não se amolda ao disposto na Súmula nº 28 do Tribunal Superior do Trabalho.



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Os fatos narrados desde a petição inicial e as atitudes dos representantes da ré observados ao longo do período em que o autor estava reintegrado foram julgados em item atinente aos danos morais narrados e não importaram em ato discriminatório ensejador da dispensa.

Assim, de todo ângulo que se aprecie, conclui-se que está correta a sentença, que merece ser mantida, ficando rejeitados todos os argumentos do autor” (págs. 243-247, destacou-se).

Por ocasião da interposição dos embargos de declaração pela reclamada, assim se manifestou o Regional sobre a matéria:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE MUNIR GAZAL

1. Rescisão indireta

O autor alega a ocorrência de contradição no julgado quanto à rescisão indireta, pois embora tenha constado que a iniciativa da ruptura contratual foi do autor, mais adiante consta que houve a intenção do autor de rescindir indiretamente o contrato de trabalho, conforme o teor do documento de fl. 34. Pleiteia que seja dado efeito modificativo ao julgado, nos termos da Súmula nº 278 do TST (fls. 401/401,v).

Sem razão.

Não existe a contradição apontada pelo embargante.

O pedido de reconhecimento da rescisão indireta foi analisado em profundidade, consoante se observa às fls. 397-399 do recurso, como se pode verificar pelo trecho transcrito a seguir:

"(...)

Na hipótese, embora tenham ocorrido os fatos mencionados pelo autor, quanto à diminuição da sua habitual carga horária e à divulgação de que ministrava aulas na instituição por força de decisão liminar, é verdade que o recorrente laborou por mais de dez meses e nunca se insurgiu contra as referidas atitudes atribuídas à re.

Logo, a iniciativa da ruptura contratual do autor (demissão) impede o reconhecimento de rescisão indireta por incompatibilidade dos dois institutos. Nesse sentido, também, o precedente desta C. Primeira Turma (RO-01204-2012-091-09-00-2, Relator Des. Paulo Ricardo Pozzolo, julgado em 28-05-2013 e acórdão publicado dia 04/06/2013)." (fl. 398).



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Portanto, não há a contradição no acórdão apontada pelo embargante, uma vez que o pedido de dispensa foi efetuado pelo empregado, independentemente do motivo ensejador do ato.

Ficam rejeitados todos os argumentos do autor, inclusive quanto à necessidade de prequestionamento, pois foi adotada tese a respeito do tema e expostas as razões de decidir.

Ausentes as hipóteses dos art. 535 do CPC e 897-A da CLT, nada há para ser acolhido” (págs. 260 e 261).

O reclamante argui, preliminarmente, a nulidade da decisão regional por negativa de prestação jurisdicional, com amparo em afronta aos artigos 5º, inciso LV, e 93, inciso IX, da Constituição Federal, 458 do CPC/73 e 832 da CLT e em divergência jurisprudencial, sob o argumento de que “pretendeu o recorrente sua rescisão indireta do contrato de trabalho, inexistindo a figura do “pedido de demissão” nos autos, como aliás bem reconhecido em parte do V. Acórdão embargado, sendo imperioso que fosse extirpada a contradição, a fim de que fosse extirpada a referência à contradição uma vez inexistente pedido de demissão, mas apenas a rescisão indireta” (pág. 286).

Razão não lhe assiste.

Quanto à alegação de nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, é de se esclarecer que a efetiva prestação jurisdicional tem como premissa basilar a suficiente fundamentação das decisões judiciais, consoante se extrai da dicção dos artigos 93, inciso IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do CPC/2015.

Havendo no acórdão a descrição das razões de decidir do Órgão julgador atendeu essa exigência, ainda que o resultado do julgamento seja contrário ao interesse da parte, notadamente quando o Regional explicitou, detalhadamente, os motivos pelos quais concluiu que houve pedido de demissão do reclamante, rechaçando a possibilidade de se reconhecer a rescisão indireta do contrato de trabalho.

Segundo constou da decisão recorrida, “a iniciativa da ruptura contratual do autor (demissão) impede o reconhecimento de rescisão indireta por incompatibilidade dos dois institutos” (pág. 245).



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Não restam dúvidas, portanto, de que foi prestada a devida jurisdição à parte, mantendo-se ilesos os comandos insertos nos artigos 93, inciso IX, da Constituição Federal, 458 do CPC/73 e 832 da CLT, nos termos da Súmula nº 459 do TST.

Dessa forma, **não conheço** do recurso de revista.

2. RESCISÃO INDIRETA. REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO EMPREGADO. IMEDIATIDADE. DESNECESSIDADE

I - CONHECIMENTO

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região confirmou a sentença na qual se concluiu que a demissão do autor teria sido a pedido, adotando, para tanto, os seguintes fundamentos:

RECURSO ORDINÁRIO DE MUNIR GAZAL

1. Rescisão indireta

O autor pleiteia a reforma da sentença, na qual foi indeferida sua pretensão quanto à reversão do pedido de dispensa para rescisão indireta do contrato de trabalho, em razão da falta de imediatidade da iniciativa do autor (fl. 317-v). Para tanto, alega que agiu de forma imediata em face dos acontecimentos, uma vez que informou por escrito à ré em 20-12-2004 sua intenção de rescindir o contrato de forma indireta, o que se deu em face das atitudes perpetradas pela ré, as mesmas que lhe causaram ofensa de ordem moral (diminuição da sua habitual carga horária e divulgação pela coordenadora Nádia Mikos do fato de que o autor dava aulas na instituição por força de decisão judicial liminar, com o intuito de desmoralizá-lo, forçando-o a pedir demissão). Pede, também, que seja a ré condenada ao pagamento da indenização pelo rompimento do contrato de trabalho em razão de ato discriminatório disciplinado na Lei nº 9.029/95 (fls. 321/339).

Examina-se.

Segundo a petição inicial (fls. 19/24), o autor foi reintegrado como docente da instituição em 17-02-2004, quando sofreu diminuição da sua habitual carga horária, além de ter ocorrido a divulgação pela coordenadora Nádia Mikos do fato de que o autor dava aulas na instituição por força de



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

decisão liminar, com o intuito de desmoralizá-lo, tendo seu desligamento se operado definitivamente em 20-12-2004, por iniciativa do autor.

A presente ação foi ajuizada em 02/03/2005 (fl. 4).

O autor, como dito acima, comunicou sua intenção de rescindir indiretamente o contrato de trabalho em 20-12-2004, conforme documento de fl. 34, pondo termo ao contrato de trabalho, por sua livre e espontânea iniciativa.

O entendimento desta C. Primeira Turma em tais casos é no sentido de que o ex-empregado não pode, posteriormente ao pedido de ruptura contratual, pretender a alteração da forma da extinção do vínculo de emprego para rescisão indireta.

Nesse sentido o recente julgado desta Turma:

"Ressalta-se que a rescisão indireta e o pedido de demissão se repelem recíproca e necessariamente, como respectivas formas de resolução e resilição do contrato de trabalho. Vale dizer, são formas de extinção do contrato de labor que não coexistem.

Assim, para que se conceda a reversão do pedido de demissão em rescisão indireta, faz-se mister a robusta demonstração do ato ou fato que veio a contaminar a vontade exarada no referido pedido, a ponto de se declarar a nulidade alegada e, conseqüentemente, converter em rescisão indireta, o que em nenhum momento se verificou no caso dos autos." (autos 32162-2011-084-09-00-2, publicado dia 19.02.2013, Rel. Célio Horst Waldruff).

Na hipótese, embora tenham ocorrido os fatos mencionados pelo autor, quanto à diminuição da sua habitual carga horária e à divulgação de que ministrava aulas na instituição por força de decisão liminar, é verdade que o recorrente laborou por mais de dez meses e nunca se insurgiu contra as referidas atitudes atribuídas à re.

Logo, a iniciativa de ruptura contratual do autor (demissão) impede o reconhecimento de rescisão indireta por incompatibilidade dos dois institutos. Nesse sentido, também, o precedente desta C. Primeira Turma (RO-01204-2012-091-09-00-2, Relator Des. Paulo Ricardo Pozzolo, julgado em 28-05-2013 e acórdão publicado dia 04/06/2013).



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Pelas mesmas razões expostas, indevida a pleiteada indenização pelo rompimento do contrato de trabalho por prática de ato discriminatório (Lei nº 9.029/95) porque este não foi verificado na hipótese ora sub julgamento.

Note-se que o autor transcreve o art. 1º da Lei 9.029/95 à fl. 337 e grifa o inciso II, o qual, em verdade, refere-se ao art. 4º da mesma Lei e que trata de percepção, em dobro, da remuneração dos períodos de afastamento, tido este como aquele decorrente de rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório (*caput* do art. 4º).

Ocorre que, conforme visto, o autor foi reintegrado em decorrência de liminar obtida em juízo. Todavia, a ruptura contratual que ensejou o presente pedido de reconhecimento de rescisão indireta não teve como fundamento nenhum ato caracterizado como discriminatório. Até porque, ficou comprovado que foi do autor a iniciativa de romper o contrato de emprego que mantinha com a ré.

Deste modo, não se verifica ofensa ao art. 5º, XXXIV e XLI, da Constituição da República mencionados no recurso, às fls. 338/339. Tampouco se observa hipótese que ampare a aplicação do art. 4º, I ou II, da Lei 9.029.

Como consequência lógica, confere-se que o caso ora sob julgamento não se amolda ao disposto na Súmula nº 28 do Tribunal Superior do Trabalho.

Os fatos narrados desde a petição inicial e as atitudes dos representantes da ré observados ao longo do período em que o autor estava reintegrado foram julgados em item atinente aos danos morais narrados e não importaram em ato discriminatório ensejador da dispensa.

Assim, de todo ângulo que se aprecie, conclui-se que está correta a sentença, que merece ser mantida, ficando rejeitados todos os argumentos do autor” (págs. 243-247, destacou-se).

Por ocasião da interposição dos embargos de declaração pela reclamada, assim se manifestou o Regional sobre a matéria:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE MUNIR GAZAL

1. Rescisão indireta



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

O autor alega a ocorrência de contradição no julgado quanto à rescisão indireta, pois embora tenha constado que a iniciativa da ruptura contratual foi do autor, mais adiante consta que houve a intenção do autor de rescindir indiretamente o contrato de trabalho, conforme o teor do documento de fl. 34. Pleiteia que seja dado efeito modificativo ao julgado, nos termos da Súmula nº 278 do TST (fls. 401/401,v).

Sem razão.

Não existe a contradição apontada pelo embargante.

O pedido de reconhecimento da rescisão indireta foi analisado em profundidade, consoante se observa às fls. 397-399 do recurso, como se pode verificar pelo trecho transcrito a seguir:

"(...)

Na hipótese, embora tenham ocorrido os fatos mencionados pelo autor, quanto à diminuição da sua habitual carga horária e à divulgação de que ministrava aulas na instituição por força de decisão liminar, é verdade que o recorrente laborou por mais de dez meses e nunca se insurgiu contra as referidas atitudes atribuídas à re.

Logo, a iniciativa da ruptura contratual do autor (demissão) impede o reconhecimento de rescisão indireta por incompatibilidade dos dois institutos. Nesse sentido, também, o precedente desta C. Primeira Turma (RO-01204-2012-091-09-00-2, Relator Des. Paulo Ricardo Pozzolo, julgado em 28-05-2013 e acórdão publicado dia 04/06/2013)." (fl. 398).

Portanto, não há a contradição no acórdão apontada pelo embargante, uma vez que o pedido de dispensa foi efetuado pelo empregado, independentemente do motivo ensejador do ato.

Ficam rejeitados todos os argumentos do autor, inclusive quanto à necessidade de prequestionamento, pois foi adotada tese a respeito do tema e expostas as razões de decidir.

Ausentes as hipóteses dos art. 535 do CPC e 897-A da CLT, nada há para ser acolhido" (págs. 260 e 261).

O autor requer seja reconhecida a rescisão indireta do seu contrato de trabalho, na forma preconizada na alínea "d" do artigo 483 da CLT, haja vista a redução da sua quantidade de aulas na instituição.



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Defende a tese de que “a estrutura da justa causa patronal é distinta da estrutura da justa causa do trabalhador em que se o empregador continua aceitando a prestação de serviços por parte do empregado após ter conhecimento de qualquer das faltas graves estatuídas pelo artigo 482 da CLT, dá azo à caracterização da figura do perdão tácito e não se configura a falta grave exatamente pela falta de imediatidade” (pág. 290), pois “É IMPOSSÍVEL AO EMPREGADO AGIR COM IMEDIATIDADE EM RELAÇÃO AOS DESMANDOS PATRONAIS, SOB PENA DE COLOCAR EM RISCO SUA PRÓPRIA SOBREVIVÊNCIA E DE SUA FAMÍLIA” (pág. 290).

Indica, ainda, afronta aos artigos 483, alínea “e” e § 3º, da CLT e colaciona divergência jurisprudencial.

Razão lhe assiste.

A discussão dos autos gira em torno da possibilidade de reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho quando o empregado continua a prestar serviços à empregadora por mais de 10 meses após a redução da sua carga horária de trabalho.

O Tribunal Regional entendeu ser indevido o reconhecimento da rescisão indireta, pois, “embora tenham ocorrido os fatos mencionados pelo autor, quanto à diminuição da sua habitual carga horária e à divulgação de que ministrava aulas na instituição por força de decisão liminar, é verdade que o recorrente laborou por mais de dez meses e nunca se insurgiu contra as referidas atitudes atribuídas à ré” (pág. 245).

Nota-se, portanto, que a redução da carga de trabalho do reclamante foi comprovada, o que é grave o suficiente para o reconhecimento da rescisão indireta, nos termos do artigo 483, alínea “d”, da CLT, que estabelece que:

“Art. 483. O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

(...)

d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;”

Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte:

“RESCISÃO INDIRETA. FALTA GRAVE DO EMPREGADOR. A Corte Regional, com fulcro nas alíneas “d” e “g” do artigo 483 da CLT, reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho, pois as obrigações do contrato não foram cumpridas pelo empregador e houve redução do trabalho



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários. Ileso, pois, o referido artigo. Recurso de revista de que não se conhece (...)”. (RR - 905-24.2010.5.01.0059, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 11/5/2016, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/5/2016)

“2. RESCISÃO INDIRETA. NÃO CONHECIMENTO. Não se constata a alegada afronta ao artigo 483 da CLT, uma vez que a redução da carga horária do reclamante, e, sua posterior supressão, mostrou-se ilícita. Assim, correta a decisão que reconheceu a rescisão indireta, uma vez que a reclamada deixou de cumprir o contrato de trabalho. Recurso de revista de que não se conhece(...)”. (RR - 132000-38.2009.5.01.0052, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 8/10/2014, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/10/2014)

“RECURSO DE REVISTA - PROFESSOR HORISTA - REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA - AUSÊNCIA DE REDUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS - DIMINUIÇÃO SALARIAL - RESCISÃO INDIRETA - CONFIGURAÇÃO. Para que seja lícita a redução da carga horária do professor horista, é necessária a efetiva diminuição do número de alunos na instituição de ensino, nos exatos termos da Orientação Jurisprudencial nº 244 da SBDI-1 do TST. No caso vertente, não restou comprovada nos autos a real queda na quantidade de alunos, sendo lesiva a redução salarial do autor, conforme norma contida no art. 7º, VI, do texto constitucional, o que autoriza a rescisão indireta por falta grave perpetrada pelo empregador, nos moldes do art. 483, -d- e -g-, da CLT. É inadmissível recurso de revista em que, para se chegar à conclusão pretendida pela recorrente, seja imprescindível o reexame do arcabouço fático-probatório dos autos, a teor do disposto na Súmula nº 126 do TST. Violações e divergência afastadas. Recurso de revista não conhecido”. (RR - 100900-22.2010.5.17.0008, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 12/6/2013, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 21/6/2013)



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Além disso, importante registrar que, na hipótese destes autos, não há qualquer menção na decisão recorrida acerca dos motivos que ensejaram a redução da carga horária do empregado, de forma que essa prática deve ser considerada ilícita, nos termos em que dispõe a Orientação Jurisprudencial nº 244 da SbDI-1, “a redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, não constitui alteração contratual, uma vez que não implica redução do valor da hora-aula”.

Por outro lado, este Tribunal Superior tem reiteradamente entendido que, nessas circunstâncias, a imediatidade no ajuizamento da reclamação trabalhista contra as graves infrações contratuais pelo empregador não é imprescindível para que, nos termos e para os efeitos do artigo 483 da CLT, se reconheça o direito do empregado de considerar rescindido o contrato de trabalho e pleitear a devida indenização, pois, em virtude de sua hipossuficiência, muitas vezes ele se vê na contingência de suportar situações que lhes são prejudiciais e gravosas para manter o seu emprego, fonte de sustento para si e seus familiares.

Citam-se os seguintes precedentes:

“RESCISÃO INDIRETA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS. POSSIBILIDADE. IMEDIATIDADE. DESNECESSIDADE. Na hipótese, é incontroverso que a reclamada deixou de recolher os depósitos do FGTS no período de junho de 2006 a outubro de 2008, tanto que a empresa foi condenada em primeira instância a proceder ao recolhimento em questão. Não há dúvida de que o descumprimento patronal em relação à obrigação de recolher o FGTS está comprovado, o que é grave o suficiente para o reconhecimento da rescisão indireta, do contrato de trabalho nos termos do artigo 483, alínea "d", da CLT. O Tribunal Regional, no entanto, entendeu ser indevido o reconhecimento da rescisão indireta, em razão de o autor não haver observado a imediatidade na apresentação da ação trabalhista. Este Tribunal Superior tem reiteradamente adotado o entendimento de que, nessas circunstâncias, a imediatidade na prática das graves infrações contratuais pelo empregador não é imprescindível para que, nos termos e para os efeitos do artigo 483 da CLT, se reconheça o direito do empregado de considerar



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

rescindido o contrato de trabalho e pleitear a devida indenização, pois, em virtude de sua hipossuficiência, muitas vezes ele se vê na contingência de suportar situações tão prejudiciais quanto essas para manter o emprego, fonte de sustento para si e seus familiares. Esta Corte, de fato, decidiu, em vários precedentes, no sentido de que o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho, independentemente de interpelação imediata por parte do trabalhador, é cabível quando o empregador deixa de proceder à anotação da CTPS do empregado, ou mesmo de proceder ao recolhimento dos depósitos do FGTS. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido.” (RR-783-61.2015.5.12.0016, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, data de julgamento: 16/11/2016, 2ª Turma, data de publicação: DEJT 18/11/2016)

“RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO DA CTPS E DE RECOLHIMENTO DOS DEPÓSITOS DO FGTS. IMEDIATIDADE. DESNECESSIDADE. No caso, a natureza empregatícia da relação havida entre as partes somente veio a ser reconhecida após o reclamante acionar a Justiça do Trabalho, ficando evidente que, se a primeira e principal obrigação imposta por lei a todo e qualquer empregador - a assinatura da CTPS - não foi atendida, todas as demais obrigações legais dela decorrentes foram descumpridas pela reclamada, como o recolhimento do FGTS. Evidente, de outro lado, que o fato de o reclamante concordar em trabalhar anos a fio sem ter sua CTPS devidamente assinada, por certo, não decorreu de sua aceitação pacífica, com modificação ou inexecução das cláusulas contratuais, mas sim do intuito claro de preservar o seu emprego. Em razão disso é que este Tribunal Superior tem reiteradamente adotado o entendimento de que, nessas circunstâncias, a imediatidade por parte do empregado em postular a rescisão do pacto laboral em face das graves infrações contratuais cometidas pelo empregador não é imprescindível para que, nos termos e para os efeitos do artigo 483 da CLT, se reconheça o seu direito de considerar rescindido o contrato de trabalho e pleitear a devida indenização. Em virtude de sua hipossuficiência, muitas vezes o empregado se vê obrigado a suportar situações tão prejudiciais quanto essas para manter o emprego, fonte de



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

sustento para si e seus familiares. Esta Corte também decidiu, em vários precedentes, que o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho, independentemente de interpelação imediata por parte do trabalhador, é cabível quando o empregador deixa de proceder à anotação da CTPS do empregado ou mesmo de proceder ao recolhimento dos depósitos do FGTS. Agravo de instrumento desprovido. (AIRR - 1511-92.2011.5.11.0009, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, data de julgamento: 29/6/2016, 2ª Turma, data de publicação: DEJT 1º/7/2016)

“RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO (arguição de violação do artigo 483, "d", da CLT). O TRT assentou que "diversas e relevantes inadimplências contratuais da empregadora autorizam a rescisão indireta do contrato de trabalho pelo empregado", uma vez que "a empresa remunerou intempestivamente as férias, não depositou integralmente o FGTS, impôs reduções na carga horária semanal do Reclamante sem pagar as indenizações convencionais e normativas, não pagou integralmente o adicional noturno, não pagou o adicional por aluno em classe e reduziu o adicional extraclasse". A Turma acrescentou que "não se cogita de perdão tácito do trabalhador, ou ausência de atualidade da falta", porque "o trabalhador suporta e tolera o descumprimento das obrigações contratuais pela empregadora até o limite de sua resistência". Com efeito, o descumprimento de várias obrigações do contrato de trabalho por parte da empregadora (inclusive a deficiência no recolhimento do FGTS) justifica sua rescisão nos termos do artigo 483, "d", da CLT. Ademais, como bem ressaltou o Tribunal, não se aplica o princípio da imediatidade ao empregado que não aciona de pronto a empresa pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas. Ileso o dispositivo invocado. Recurso de revista não conhecido. (RR - 1029-12.2010.5.03.0104, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, data de julgamento: 17/8/2016, 3ª Turma, data de publicação: DEJT 19/8/2016)



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

“RESCISÃO INDIRETA. IMEDIATIDADE DA REAÇÃO DO EMPREGADO. A anotação da CTPS e o recolhimento do FGTS decorrem de obrigação legal do empregador, pelo que se configurou o ato faltoso, como relatado pelo Regional. Embora o Reclamante não tenha se insurgido de forma imediata, deixando transcorrer tempo razoável entre o inadimplemento e o momento de promover a rescisão do contrato de trabalho, não é aplicável à espécie o princípio da imediatidade, aplicado ao empregador, pois trata-se de hipótese diversa. Na hipótese, deve aplicar-se o princípio da hipossuficiência, porque o empregado é obrigado a submeter-se a certas condições, por um período de tempo, ainda que lhe provoquem prejuízo, com o objetivo único de preservar seu posto de trabalho. Recurso de Revista conhecido e provido.” (RR - 2045/2001-067-02-00, Ministro Relator: José Simpliciano Fontes de F. Fernandes, 2ª Turma, DJ 6/3/2009)

“RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO - NÃO-RECOLHIMENTO DOS DEPÓSITOS DO FGTS. I - O não-recolhimento dos depósitos fundiários no curso da contratualidade - conquanto possa não representar prejuízo imediato ao trabalhador - consubstancia ameaça à única garantia conferida ao empregado em face à dispensa imotivada, importando em negativa de cumprimento de obrigação contratual do empregador, ensejadora da rescisão indireta do contrato de trabalho amparada na alínea ‘d’ do artigo 483 da CLT. Nesse sentido são os precedentes de Turmas do TST. II - Recurso conhecido e desprovido.” (RR - 20100-33.2009.5.03.0072, Relator Ministro: Antônio José de Barros Levenhagen, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/8/2010)

“RESCISÃO INDIRETA. FGTS. DEPÓSITOS. IRREGULARIDADE. O descumprimento de obrigações contratuais, por parte do empregador, no tocante ao regular recolhimento dos depósitos do FGTS e ao pagamento de anuênio, obrigações que também decorrem de lei, configura falta grave que autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho, com o pagamento das verbas rescisórias correlatas, nos termos do artigo 483, “d”, da CLT. Precedentes desta Corte. Recurso de revista conhecido e



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

provido.[...]”. (RR - 49700-50.2004.5.09.0091, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 28/6/2010)

“RECURSO DE REVISTA. RESCISÃO INDIRETA. AUSÊNCIA DE DEPÓSITOS DO FGTS. IMEDIATIDADE. INAPLICABILIDADE. A jurisprudência desta Corte Superior vem caminhando no sentido de considerar a ausência ou o recolhimento incorreto de depósitos do FGTS como circunstância suficiente para ensejar a rescisão indireta do contrato de trabalho, nos termos do art. 483, -d-, da CLT. Precedentes. Ademais, não se aplica o princípio da imediatidade nas hipóteses de rescisão indireta do contrato de trabalho, sobretudo em face da posição hipossuficiente do trabalhador durante a relação de emprego. Recurso de Revista conhecido e provido.” (RR-19700-33.2005.5.09.0091, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, DEJT 21/5/2010)

“RECURSO DE REVISTA. RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E DO PAGAMENTO DOS ANUÊNIOS. A ausência de recolhimento do FGTS e de pagamento dos anuênios constitui motivo para a rescisão indireta do contrato de trabalho, de acordo com o artigo 483, alínea ‘d’, da Consolidação das Leis do Trabalho. Recurso de revista conhecido e provido.” (RR-19100-12.2005.5.09.0091, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, 2ª Turma, DEJT 23/4/2010)

No caso dos autos, em face de todo o mencionado, constata-se que a redução da carga horária do empregado autoriza o reconhecimento da rescisão indireta, com o consequente pagamento das verbas rescisórias pertinentes a essa modalidade de ruptura do pacto laboral.

Conheço, pois, do recurso de revista, por violação do artigo 483, alínea “d”, da CLT.

II - MÉRITO



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Em decorrência do conhecimento do recurso de revista por violação do artigo 483, alínea "d", da CLT, impõe-se o provimento do apelo.

Assim, **dou provimento** ao recurso de revista do reclamante para deferir o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho e condenar o reclamado a pagar as verbas rescisórias correspondentes a essa modalidade de ruptura do pacto laboral, conforme requerido na inicial.

3. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DISSEMINAÇÃO DA NOTÍCIA DE REGRESSO DO EMPREGADO AO TRABALHO EM DECORRÊNCIA DO CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL, COM A FINALIDADE DE DEFENDER A SUA IMAGEM. MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) PARA R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

I - CONHECIMENTO

O Regional majorou a quantia fixada a título de indenização por danos morais, consoante os seguintes fundamentos:

“3. Valor da indenização fixada

Tendo ambas as partes recorrido do tópico, a questão será examinada de forma conjunta.

A ré se insurge também contra o valor arbitrado a título de danos morais (10 vezes o valor da última remuneração do autor, totalizando R\$ 6.931,10). Sustenta que o valor é desproporcional e pugna pela sua redução (fl. 356).

O autor, a seu turno, pleiteia que seja majorado o valor da indenização (fl. 346).

Examina-se.

Conforme analisado no tópico anterior, **ficou devidamente comprovada a atitude da ré que causou danos de ordem moral ao autor, pois foi divulgado pela coordenação que o autor estava lecionando na instituição por força de decisão liminar judicial. Também foi**



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

averiguado que esta informação acabou sendo veiculada na rede mundial de comunicação, dando publicidade a fato que constrangeu o autor tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele.

Comungo do entendimento do Exmo. Desembargador Revisor, Célio Horst Waldruff, no sentido de que o impacto nas redes sociais e o contexto pejorativo evidenciado pela prova oral, que revelou que a Coordenadoria reagiu à reclamação de aluna no sentido de que "nada poderia fazer sobre a questão do professor Munir, em razão de que ele estava trabalhando em decorrência de liminar", justificam a necessidade de ser majorado o valor fixado na sentença para fins de indenização por dano moral.

Deste modo e considerando que os atos praticados pela parte ré atingiram a imagem, a honra e a autoestima do autor, com repercussão perante os públicos interno e externo, traduziram ato ilícito e, ainda, levando em conta a extensão do dano, a capacidade econômica da empresa e a necessidade de efeito pedagógico, impõe-se majorar o valor fixado para indenização por dano moral.

É certo que a quantificação do valor a ser pago a título de indenização por danos morais constitui tarefa das mais penosas para o julgador. É fato que a dor sofrida pelo autor não tem preço. Por meio da indenização por danos morais, apenas se busca um alento à dignidade, não só em face do quantum pecuniário a receber, mas pela certeza de que a ofensa não restou impune, mas impingiu repreensão adequada à ré, de modo a denotar o caráter pedagógico de que a medida se reveste.

Tem-se, assim, que a fixação da indenização deve levar em consideração não apenas o fato ocorrido (o ilícito), a culpa da ré, mas também a condição econômica das partes, de forma razoável e adequada ao caso, não como uma forma de enriquecimento da parte autora, mas como forma de indenização pelo imensurável dano moral sofrido, e ao mesmo tempo para que a parte ré seja condenada por sua conduta culposa e para que com isso aprenda e tome as providências necessárias para que fatos dessa natureza jamais voltem a ocorrer no âmbito da empresa.

Não bastasse, o valor fixado na sentença corresponde a 6.931,10, que é o resultado de dez (10) vezes o valor da última remuneração do autor e, em casos tais, esta Primeira Turma tem reformado as decisões de Primeiro Grau



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

para desvincular o montante indenizatório do salário, seja o mínimo ou o percebido pelo empregado.

O posicionamento adotado nesta Primeira Turma de evitar atrelar o montante da indenização ao salário decorre do fato de que a dor moral pode atingir todo e qualquer trabalhador em semelhante gravidade e resultado quanto à dor daí decorrente, independentemente do salário percebido.

O valor da indenização por danos morais vinculado ao salário percebido pelo trabalhador ofendido equivaleria a dizer que a moral e a dor moral tem escalas de valores pecuniários, de modo que, quem ganha mais sente-se mais ofendido do que aquela pessoa que ganha menos, o que não se coaduna com o espírito constitucional acerca da dignidade da pessoa humana e do princípio da igualdade.

É certo que as suscetibilidades humanas variam e, sem dúvida, um mesmo fato pode fazer uma pessoa que ganha menos sofrer mais que aquela que ganha mais e, no entanto, se o critério de fixação do valor da indenização levar em conta o salário ganho, a que mais sofreu ganharia indenização maior, hipótese que não traduz a esperada resposta para o objetivo de ser acolhido pedido de indenização por danos morais.

Feitas todas as considerações, impõe-se reformar a sentença para majorar para R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais) o valor a ser pago a título de indenização por danos morais ao autor, nos termos definidos nos art. 186 e 927 do Código Civil.

Em consequência, os juros e a correção monetária deverão ser calculados a partir da data de publicação deste acórdão, na forma da Súmula nº 11 deste Tribunal e nos termos da fundamentação” (págs. 240-243, destacou-se).

Por ocasião da interposição dos embargos de declaração pela reclamada, assim se manifestou o Regional sobre a matéria:

“2. Valor da indenização por danos morais

O autor observa que, embora este Colegiado tenha reformado a decisão de origem quanto ao valor da indenização por danos morais, foi omisso quanto à apreciação do pedido segundo o teor do art. 5º, V, da CRFB e do art. 944 do Código Civil. A partir de tais dispositivos, pleiteia que seja dado



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

efeito modificativo ao julgado, com majoração do valor da indenização (fls. 401,v/402).

Sem razão.

Não há omissão, ao contrário do apontado pelo embargante.

O pedido de pagamento de indenização por danos morais foi analisado em profundidade, consoante se observa às fls. 392,v-395,v do acórdão.

Do mesmo modo, foi analisada a questão a respeito do valor da indenização (fls. 395,v/397), como se pode verificar pelo trecho transcrito a seguir:

"Conforme analisado no tópico anterior, ficou devidamente comprovada a atitude da ré que causou danos de ordem moral ao autor, pois foi divulgado pela coordenação que o autor estava lecionando na instituição por força de decisão liminar judicial. Também foi averiguado que esta informação acabou sendo veiculada na rede mundial de comunicação, dando publicidade a fato que constrangeu o autor tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele.

Comungo do entendimento do Exmo. Desembargador Revisor, Célio Horst Waldruff, no sentido de que o impacto nas redes sociais e o contexto pejorativo evidenciado pela prova oral, que revelou que a Coordenadoria reagiu à reclamação de aluna no sentido de que "nada poderia fazer sobre a questão do professor Munir, em razão de que ele estava trabalhando em decorrência de liminar", justificam a necessidade de ser majorado o valor fixado na sentença para fins de indenização por dano moral.

Deste modo e considerando que os atos praticados pela parte ré atingiram a imagem, a honra e a autoestima do autor, com repercussão perante os públicos interno e externo, traduziram ato ilícito e, ainda, levando em conta a extensão do dano, a capacidade econômica da empresa e a necessidade de efeito pedagógico, impõe-se majorar o valor fixado para indenização por dano moral.

É certo que a quantificação do valor a ser pago a título de indenização por danos morais constitui tarefa das mais penosas para o julgador. É fato que a dor sofrida pelo autor não tem preço. Por meio da indenização por danos morais, apenas se busca um alento à dignidade, não só em face do quantum pecuniário a receber, mas pela certeza de que a ofensa não restou



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

impune, mas impingiu repreensão adequada à ré, de modo a denotar o caráter pedagógico de que a medida se reveste.

Tem-se, assim, que a fixação da indenização deve levar em consideração não apenas o fato ocorrido (o ilícito), a culpa da ré, mas também a condição econômica das partes, de forma razoável e adequada ao caso, não como uma forma de enriquecimento da parte autora, mas como forma de indenização pelo imensurável dano moral sofrido, e ao mesmo tempo para que a parte ré seja condenada por sua conduta culposa e para que com isso aprenda e tome as providências necessárias para que fatos dessa natureza jamais voltem a ocorrer no âmbito da empresa.

Não bastasse, o valor fixado na sentença corresponde a 6.931,10, que é o resultado de dez (10) vezes o valor da última remuneração do autor e, em casos tais, esta Primeira Turma tem reformado as decisões de Primeiro Grau para desvincular o montante indenizatório do salário, seja o mínimo ou o percebido pelo empregado.

O posicionamento adotado nesta Primeira Turma de evitar atrelar o montante da indenização ao salário decorre do fato de que a dor moral pode atingir todo e qualquer trabalhador em semelhante gravidade e resultado quanto à dor daí decorrente, independentemente do salário percebido.

O valor da indenização por danos morais vinculado ao salário percebido pelo trabalhador ofendido equivaleria a dizer que a moral e a dor moral tem escalas de valores pecuniários, de modo que, quem ganha mais sente-se mais ofendido do que aquela pessoa que ganha menos, o que não se coaduna com o espírito constitucional acerca da dignidade da pessoa humana e do princípio da igualdade.

É certo que as suscetibilidades humanas variam e, sem dúvida, um mesmo fato pode fazer uma pessoa que ganha menos sofrer mais que aquela que ganha mais e, no entanto, se o critério de fixação do valor da indenização levar em conta o salário ganho, a que mais sofreu ganharia indenização maior, hipótese que não traduz a esperada resposta para o objetivo de ser acolhido pedido de indenização por danos morais.

Feitas todas as considerações, impõe-se reformar a sentença para majorar para R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais) o valor a ser pago a título de indenização por danos morais ao autor, nos termos definidos nos art. 186 e 927 do Código Civil.



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Em consequência, os juros e a correção monetária deverão ser calculados a partir da data de publicação deste acórdão, na forma da Súmula nº 11 deste Tribunal e nos termos da fundamentação." (fls. 396-397)

Portanto, não há omissões no acórdão, como as apontadas pelo embargante, quanto à apreciação do valor da indenização segundo o teor do art. 5º, V, da CRFB e do art. 944 do Código Civil.

Em última análise, consideram-se prequestionadas as matérias, na forma da Súmula 297, item 3, do TST.

Por fim, esclarece-se que não se encontra o Juízo obrigado a se manifestar sobre todas as questões discutidas no processo ou levantadas em sede de recurso ordinário, bastando que sejam apreciados os motivos ensejadores de sua convicção.

Na hipótese, o que se verifica é que o embargante pretende a reapreciação da matéria, o que enseja a rejeição dos embargos de declaração propostos, uma vez que não constituem o meio processual adequado para a reforma do julgado.

Diante do exposto, nega-se provimento aos embargos declaratórios do autor" (págs. 261-264) .

O reclamante requer seja aumentado o valor da indenização por danos morais para 300 salários mínimos, tendo em vista que "o valor arbitrado situa-se bem aquém do valor que deveria ter sido estabelecido à luz do que preceituam o inciso V do artigo 5º da Constituição Federal e o caput do artigo 944 do Código Civil" (pág. 302). Colaciona divergência jurisprudencial.

Razão lhe assiste.

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região elevou a importância arbitrada à indenização por danos morais para a quantia de R\$ 20.000,00.

Segundo constou da decisão recorrida, **"ficou devidamente comprovada a atitude da ré que causou danos de ordem moral ao autor, pois foi divulgado pela coordenação que o autor estava lecionando na instituição por força de decisão liminar judicial. Também foi averiguado que esta informação acabou sendo veiculada na rede mundial de comunicação, dando publicidade a fato que constrangeu o autor tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele"** (pág. 241, destacou-se) e, "deste modo, considerando que os atos praticados pela parte ré atingiram a imagem, a honra e a autoestima do autor, com repercussão perante



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

os públicos interno e externo, traduziram ato ilícito e, ainda, levando em conta a extensão do dano, a capacidade econômica da empresa e a necessidade de efeito pedagógico, impõe-se majorar o valor fixado para indenização por dano moral” (págs. 241 e 242).

O reclamante pugna pela majoração da quantia fixada à indenização por danos morais para a importância relativa a 300 salários mínimos.

Na fixação do valor da indenização, deve o julgador primar pela razoabilidade e proporcionalidade, considerando não apenas a extensão do dano, mas a repercussão da condenação na esfera econômico-financeira do empregador, cuja atividade deve sempre ser preservada.

Embora esses critérios não sejam estritamente objetivos, deve-se ter em conta, ainda, que a sanção a ser imposta ao responsável pela reparação possui também um caráter pedagógico, principalmente quando a conduta inadequada parte do empregador, como é o caso dos autos.

Não há lei que estabeleça um critério objetivo a ser sempre observado, em casos como este, em razão da fixação do *quantum* indenizatório.

Todavia, a matéria é tratada pelo Código Civil, nos seguintes termos:

“Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização”.

Com efeito, o citado dispositivo não estipula valores a serem obedecidos, mas preceitua que, na fixação do *quantum*, sejam considerados critérios fáticos, como a gravidade do dano experimentado pelo empregado.

Portanto, na ausência de critérios rigorosamente objetivos, o comedimento há de orientar o julgador na difícil tarefa de atribuir valor à indenização devida, em cada caso concreto, à luz da proporcionalidade e da equidade.



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

No caso dos autos, em que ficou demonstrada a prática de assédio moral no ambiente de trabalho, em face da disseminação da notícia, inclusive nas redes sociais, de que o regresso do empregado ao trabalho teria sido decorrente de determinação judicial, com vistas a ofender a sua imagem, a indenização arbitrada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) revelou-se manifestamente desproporcional ao dano experimentado pelo empregado.

As circunstâncias fáticas delineadas no acórdão regional são extremamente graves e revelam a intenção maliciosa da empregadora de expor indevidamente o professor e de intimidar, não só a ele, mas também a todos os empregados, por exercerem o direito fundamental de acesso à justiça constitucionalmente garantido.

Nesse contexto, em atenção ao princípio da proporcionalidade, à extensão do dano, à culpa e ao aporte financeiro da reclamada, bem como à necessidade de que o valor fixado a título de indenização por danos morais atenda à sua função suasória e preventiva, capaz de convencer o ofensor a não reiterar sua conduta ilícita, entende-se que o valor arbitrado na instância ordinária deve ser majorado.

Diante do exposto, **conheço** do recurso de revista do reclamante por violação do artigo 5º, inciso V, da Constituição Federal.

II - MÉRITO

Como consequência lógica do conhecimento do recurso de revista por violação do artigo 5º, inciso V, da Constituição Federal, **dou-lhe parcial provimento** para majorar a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais em favor da reclamante para o importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Incidência de juros desde o ajuizamento da ação, nos termos do artigo 883 da CLT, e correção monetária a partir da publicação desta decisão, nos termos da Súmula nº 439 do TST.

4. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. JUROS DE MORA.

TERMO INICIAL



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

I - CONHECIMENTO

Eis a fundamentação no acórdão recorrido acerca do tema, *in verbis*:

“Feitas todas as considerações, impõe-se reformar a sentença para majorar para R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais) o valor a ser pago a título de indenização por danos morais ao autor, nos termos definidos nos art. 186 e 927 do Código Civil.

Em consequência, **os juros e a correção monetária deverão ser calculados a partir da data de publicação deste acórdão, na forma da Súmula nº 11 deste Tribunal e nos termos da fundamentação**” (pág. 243, destacou-se).

Nas razões do recurso de revista, o reclamante defende a tese de que os juros de mora deverão incidir a partir da data de ajuizamento desta reclamação trabalhista, de acordo com a Súmula nº 439 desta Corte.

Razão lhe assiste.

Esta Corte trabalhista adota o entendimento de ser o termo inicial para a incidência dos juros de mora, em ações que versem sobre indenização por danos morais, a data de ajuizamento da ação trabalhista.

Nesse sentido, foi editada a Súmula nº 439 do TST, que assim dispõe:

“DANOS MORAIS. JUROS DE MORA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

Nas condenações por dano moral, a atualização monetária é devida a partir da data da decisão de arbitramento ou de alteração do valor. Os juros incidem desde o ajuizamento da ação, nos termos do art. 883 da CLT.”



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Assim, o Regional, ao ordenar a incidência dos juros de mora desde a data da publicação do acórdão, acabou por contrariar o verbete sumular referido.

Conheço, pois, do recurso de revista por contrariedade à Súmula nº 439 do TST.

II - MÉRITO

Em decorrência do conhecimento do recurso de revista por contrariedade à Súmula nº 439 do TST, impõe-se o provimento do apelo.

Assim, **dou provimento** ao recurso de revista do reclamante para determinar que os juros de mora incidam a partir da data do ajuizamento desta ação.

RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA

1. PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

CONHECIMENTO

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região confirmou a sentença na qual se condenou a reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, adotando, para tanto, os seguintes fundamentos:

“2. Indenização por danos morais

A ré pleiteia a reforma da sentença, na qual foi deferido o pedido do autor de indenização por danos morais, em razão do assédio moral sofrido, pela divulgação do fato de que encontrava-se lecionando na instituição por força de decisão judicial, o que lhe causou profundo constrangimento perante colegas, alunos e meio acadêmico (fls. 318). Para tanto, alega que não houve nenhuma alteração drástica na carga horária do autor após a reintegração, tampouco houve perseguição ou divulgação de informação capaz de lhe causar dano de ordem moral e que não há provas nos autos acerca do alegado abalo psicológico. Por fim, afirma que o autor não comprovou a ocorrência



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

de danos morais e pede, sucessivamente, que a indenização seja fixada em valor menor (fls. 351/356).

Examina-se.

No escólio de João de Lima Teixeira Filho, dano moral é "*o sofrimento humano provocado por ato ilícito de terceiro que molesta bens imateriais ou magoa valores íntimos da pessoa, os quais constituem o sustentáculo sobre o qual a sua personalidade é moldada e sua postura nas relações em sociedade é erigida*" (in Instituições de Direito do Trabalho. Arnaldo Süssekind, Délio Maranhão, Segadas Vianna e João de Lima Teixeira Filho. Apud Irany Ferrari e Melchíades Rodrigues Martins. Dano moral. São Paulo: LTr, 2005, p. 16).

De acordo com José Affonso Dallegrave Neto, "*o dano moral se caracteriza pela simples violação de um direito geral de personalidade (...)*" (in Responsabilidade Civil no Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2008. 3 ed., p. 146).

Yussef Said Cahali, citado por Sebastião Geraldo de Oliveira, assevera que "*tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes à sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado, qualifica-se, em linha de princípio, como dano moral; não há como enumerá-los exaustivamente, evidenciando-se na dor, na angústia, no sofrimento, na tristeza pela ausência de um ente querido falecido; no desprestígio, na desconsideração social, no descrédito à reputação, na humilhação pública, no devassamento da privacidade; no desequilíbrio da normalidade psíquica, nos traumatismos emocionais, na depressão ou no desgaste psicológico, nas situações de constrangimento moral*" (in Dano moral. Apud Sebastião Geraldo de Oliveira. Indenizações por Acidente do Trabalho ou Doença Ocupacional. São Paulo: LTr, 2006. 2 ed., p. 187).

O dever de reparação do dano causado a bem extrapatrimonial está consolidado no art. 5º, incisos V e X, da Constituição da República, que assim dispõem:

"V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

(...)



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

No entanto, tal dever de reparação está condicionado à existência cumulativa de três elementos enumerados no art. 186 do Código Civil, que adota, como regra, a teoria da responsabilidade subjetiva: o ato ilícito, comissivo ou omissivo; o dano efetivo e o nexo de causalidade. É o que se extrai da redação da norma supracitada:

"Art. 186 - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

Também dispõe o art. 187 do Código Civil:

"Art. 187 - Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes".

Além disso, o art. 927 do mesmo codex estabelece que "*Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo*".

Nesse sentido, manifestam-se os E. Tribunais:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DISPENSA POR JUSTA CAUSA. AFRONTA AOS ARTIGOS 5º, LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E 186 DO CC. NÃO CONFIGURAÇÃO. MATÉRIA DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 126. NÃO PROVIMENTO. 1. O artigo 186 do CC estabelece a responsabilidade civil pela prática de ato ilícito. Do conceito legal podem ser extraídos os seguintes requisitos para a configuração da obrigação de reparar o dano: a verificação de uma conduta antijurídica, a existência do dano e o nexo de causalidade entre uma e outro. 2. No caso concreto, o Colegiado Regional, com arrimo na prova testemunhal, concluiu que não restaram caracterizados a violação do direito e o dano causado ao reclamante. Para decidir-se de forma diversa seria necessário revolver-se o suporte fático, o que é defeso nesta esfera recursal, a teor do que expressa a Súmula nº 126. 3. Agravo de instrumento a que se nega provimento" (TST - AIRR - 170200-16.2002.5.18.0011, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Bastos, Data de Julgamento: 11/06/2008, 7ª Turma, Data de Publicação: 13/06/2008).

Contudo, não se pode esquecer que o instituto da indenização por danos morais não pode ser banalizado, nem a Justiça do Trabalho se transformar em instrumento da indústria de indenizações, devendo cada caso ser analisado cuidadosamente, evitando-se exageros e injustiças, e também que qualquer aborrecimento ou descontentamento se transforme em indenização, mesmo porque o fato a ensejar dano à honra ou à dignidade do trabalhador deve ser relevante e devidamente comprovado.

Em relação ao ônus da prova, cabe mencionar que pertence ao ofendido, pois se trata de fato constitutivo de seu direito (art. 818 da CLT e art. 333, I do CPC), que deve demonstrar de forma inequívoca a ocorrência de lesão a seus bens imateriais.

No presente caso, o autor narrou na petição inicial que sua estada na instituição após a reintegração, ocorrida em 17-02-2004 por força da decisão judicial, foi profundamente abalada por atitudes da Diretora Sra. Eunice Fumagali, que fez comentário irônico ao receber o mandado judicial de reintegração, bem como diminuiu sua habitual carga horária. Alegou que era tratado como "persona non grata", excluído de reuniões, e que a coordenadora Nádia Mikos divulgou na "internet" que o autor dava aulas na instituição por força de decisão liminar, com o intuito de desmoralizá-lo, forçando-o a pedir demissão (fls. 8/14).

A reprodução do diálogo feito na "internet" por alunos da instituição (fl. 54), juntado com a inicial, corrobora as alegações do autor acerca da divulgação do fato de que o seu retorno ao corpo docente se deu por força de decisão judicial e que tal divulgação teve como objetivo prejudicar sua reputação perante alunos e colegas.

Da prova oral colhida em audiência, tem-se o seguinte (fls. 282/286):

A primeira testemunha do autor, Paula Letícia Bronemann Miner, afirmou que:

"1. depoente pela rede social Orkut participava da comunidade Faculdade de Direito de Curitiba, fazendo parte alunos e ex alunos, participando a depoente na condição de ex aluna; o que chamou a atenção da depoente foi o fato de ter sido aberto um fórum de debates intitulado " quem é este louco do Munir? "; o teor da conversa era basicamente de que uma



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

aluna chamada Ana Flávia que havia procurado a professora Nádia com a intenção de fazer um abaixo assinado para tirar o professor Munir da faculdade; **na conversa Ana Flávia afirmava que a professora Nádia tinha dito que a faculdade nada poderia fazer sobre a questão do professor Munir, em razão de que ele estava trabalhando em decorrência de liminar, conseguida mediante pedido de reintegração; acha a depoente que mais de 200 pessoas participavam dessa comunidade nessa época; os comentários na referida rede social repercutiram no trabalho do professor Munir na Procuradoria de Justiça; depoente nunca conversou pessoalmente com Ana Flávia, sabendo dos comentários apenas via Orkut; depoente não sabe informar se foram apurados os comentários referidos no Orkut, a fim de constatar se efetivamente tinha sido a professora Nádia quem teria comentado sobre a situação do professor Munir ou se foi a própria Ana Flávia quem escreveu como bem entendeu; deixa claro a depoente que nessa época não tinha mais contato com seus colegas de escola e tudo o que chegou ao seu conhecimento foi via Orkut; a repercussão dos fatos na Procuradoria de Justiça ocorreu nos momentos de pausas para café, em razão de que os estagiários da Procuradoria já tinham estudado na ré e muitos faziam parte da comunidade no Orkut; perguntavam diretamente à depoente o que estaria acontecendo com o professor Munir, uma vez que a depoente tinha feito a defesa dele no Orkut; os estagiários não tomavam partido, mas apenas tinham curiosidade insaciável de saber mais e mais; havia um assessor, Nélio, o qual não participava da comunidade, mas a divulgação foi tão ampla que até ele, que não era membro da comunidade, era de São Paulo, tomou conhecimento dos fatos que estavam sendo comentados no Orkut; Nélio foi pessoalmente perguntar à autora o que estaria acontecendo; nas pausas de café, quando surgiam os comentários, depoente deixava claro que já tinha dado a sua opinião no Orkut e não estendia mais a conversa; o Orkut pode ser acessado no mundo inteiro; todo o conhecimento que a depoente teve sobre a questão do professor Munir foi via internet; por intermédio dessa conversa, presume a depoente que Ana Flávia tomou conhecimento da existência liminar por intermédio da professora Nádia, acrescentando "é isso que consta no início do fórum", ou seja, que Ana Flávia havia procurado a professora Nádia para tratar a respeito**



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

de um abaixo assinado que seria feito pelos alunos para tirar o professor Munir Gazal, sendo que a professora Nádia informou Ana Flávia que a faculdade nada poderia fazer a respeito disso porque o professor Munir estava trabalhando sob liminar; examinando o documento de fls 54, reconhece que o ali contido era exatamente o que estava no início do fórum." " (fls. 284/285 - destaquei)

As demais testemunhas nada afirmaram acerca da questão.

Do teor da prova oral, infere-se claramente que houve divulgação pela coordenadora Nádia Mikos de que o autor dava aulas na instituição por força de decisão liminar e que tal informação postada em diálogo na "internet" teve como intuito desmoralizar o autor perante alunos e colegas, o que de fato ocorreu, inclusive com repercussão na Procuradoria de Justiça, onde o autor atuava como Procurador.

Em consequência, conclui-se pelo nexo causalidade decorrente da atitude perpetrada pela preposta da ré e o abalo à imagem, à honra e à autoestima do autor, com repercussão perante alunos, colegas e meio acadêmico.

Assim, entendo que nos casos relacionados a abalos de ordem moral é dispensável a produção de prova das repercussões injuriosas que a atitude da ré causou ao autor. Basta o implemento do ato ilícito para criar presunção dos efeitos negativos na órbita subjetiva do ofendido.

Sérgio Cavalieri Filho (Programa de responsabilidade civil. 5. ed. São Paulo, Malheiros, 2004, p. 100-101), ao discorrer sobre a prova do dano moral entende que por se tratar de algo imaterial ou ideal, a prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para a comprovação do dano material. Seria uma demasia, algo até impossível, exigir que a vítima comprove a dor, a tristeza ou a humilhação através de depoimentos, documentos ou perícia; não teria ela como demonstrar o descrédito, o repúdio ou o desprestígio através dos meios probatórios tradicionais, o que acabaria por ensejar o retorno à fase da irreparabilidade do dano moral em razão de fatores instrumentais.

Destarte, comprovado o ato ilícito praticado pela parte ré, que ocasionou lesão de ordem moral ao autor, irreparável a sentença quanto à condenação da recorrente ao pagamento de indenização por danos morais.



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Mantenho” (págs. 234-240) .

Por ocasião da interposição dos embargos de declaração pela reclamada, assim se manifestou o Regional sobre a matéria:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE ENSINO NOVO ATENEU

1. Apreciação do teor da prova oral

A ré alega que houve omissão quanto à apreciação do teor da prova oral relativa à ocorrência do dano moral e postula que haja expressa análise acerca "de ter a testemunha *"presumido"* os fatos que narrou (fls. 403/403,v).

Sem razão.

Ao contrário do alegado, não há omissão.

O pedido de pagamento de indenização por danos morais foi analisado em profundidade, consoante se observa às fls. 392,v/395,v do acórdão, com análise específica do teor da prova oral.

Na hipótese, o que se verifica é que a ré embargante pretende a reapreciação da matéria, o que enseja a rejeição dos embargos de declaração propostos, uma vez que não constituem o meio processual adequado para a reforma do julgado. Inconformismo com o teor do julgado não se resolvem por meios de embargos de declaração, remédio processual impróprio para tanto, como se sabe.

Os embargos de declaração encontram nos art. 535 do CPC e 897-A da CLT as hipóteses legais de cabimento de modo que, fora das situações ali previstas, impõe-se a rejeição da medida.

Nada a acolher” (pág. 265) .

A reclamada argui, preliminarmente, a nulidade da decisão regional por negativa de prestação jurisdicional, com amparo em afronta aos artigos 93, inciso IX, da Constituição Federal e 794 e 832 da CLT e em divergência jurisprudencial, sob o argumento de que o Regional, não obstante a interposição de embargos de declaração, não transcreveu o depoimento da testemunha arrolada pela recorrente.

Razão não lhe assiste.



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

Quanto à alegação de nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, é de se esclarecer que a efetiva prestação jurisdicional tem como premissa basilar a suficiente fundamentação das decisões judiciais, consoante se extrai da dicção dos artigos 93, inciso IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do CPC/2015.

Havendo no acórdão a descrição das razões de decidir do Órgão julgador atendeu essa exigência, ainda que o resultado do julgamento seja contrário ao interesse da parte, notadamente quando o Regional explicitou, detalhadamente, os motivos pelos quais concluiu que o reclamante, por ocasião da sua reintegração ao trabalho, foi vítima de assédio moral.

Segundo constou da decisão recorrida, “do teor da prova oral, infere-se claramente que houve divulgação pela coordenadora Nádia Mikos de que o autor dava aulas na instituição por força de decisão liminar e que tal informação postada em diálogo na "internet" teve como intuito desmoralizar o autor perante alunos e colegas, o que de fato ocorreu, inclusive com repercussão na Procuradoria de Justiça, onde o autor atuava como Procurador” (pág. 239).

Instado a se manifestar, por meio de embargos de declaração, registrou a Corte *a quo* que **“o pedido de pagamento de indenização por danos morais foi analisado em profundidade, consoante se observa às fls. 392,v/395,v do acórdão, com análise específica do teor da prova oral”** (pág. 265, destacou-se).

Nota-se, portanto, que a condenação da reclamada ao pagamento da indenização por danos morais foi amparada no conjunto probatório dos autos, e não em presunção.

Não restam dúvidas, portanto, de que foi prestada a devida jurisdição à parte, mantendo-se ilesos os comandos insertos nos artigos 93, inciso IX, da Constituição Federal e 832 da CLT, nos termos da Súmula nº 459 do TST.

Dessa forma, **não conheço** do recurso de revista.

2. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DISSEMINAÇÃO DA NOTÍCIA DE REGRESSO DO EMPREGADO AO TRABALHO EM DECORRÊNCIA DO CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL, COM A FINALIDADE DE OFENDER A SUA IMAGEM. RECURSO AMPARADO EM DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL INSERVÍVEL



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

CONHECIMENTO

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região confirmou a sentença na qual se condenou a reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, adotando, para tanto, os seguintes fundamentos:

“2. Indenização por danos morais

A ré pleiteia a reforma da sentença, na qual foi deferido o pedido do autor de indenização por danos morais, em razão do assédio moral sofrido, pela divulgação do fato de que encontrava-se lecionando na instituição por força de decisão judicial, o que lhe causou profundo constrangimento perante colegas, alunos e meio acadêmico (fls. 318). Para tanto, alega que não houve nenhuma alteração drástica na carga horária do autor após a reintegração, tampouco houve perseguição ou divulgação de informação capaz de lhe causar dano de ordem moral e que não há provas nos autos acerca do alegado abalo psicológico. Por fim, afirma que o autor não comprovou a ocorrência de danos morais e pede, sucessivamente, que a indenização seja fixada em valor menor (fls. 351/356).

Examina-se.

No escólio de João de Lima Teixeira Filho, dano moral é "*o sofrimento humano provocado por ato ilícito de terceiro que molesta bens imateriais ou magoa valores íntimos da pessoa, os quais constituem o sustentáculo sobre o qual a sua personalidade é moldada e sua postura nas relações em sociedade é erigida*" (in Instituições de Direito do Trabalho. Arnaldo Süssekind, Délio Maranhão, Segadas Vianna e João de Lima Teixeira Filho. Apud Irany Ferrari e Melchíades Rodrigues Martins. Dano moral. São Paulo: LTr, 2005, p. 16).

De acordo com José Affonso Dallegre Neto, "*o dano moral se caracteriza pela simples violação de um direito geral de personalidade (...)*" (in Responsabilidade Civil no Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2008. 3 ed., p. 146).

Yussef Said Cahali, citado por Sebastião Geraldo de Oliveira, assevera que "*tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes à sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado, qualifica-se, em linha*



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

de princípio, como dano moral; não há como enumerá-los exaustivamente, evidenciando-se na dor, na angústia, no sofrimento, na tristeza pela ausência de um ente querido falecido; no desprestígio, na desconsideração social, no descrédito à reputação, na humilhação pública, no devassamento da privacidade; no desequilíbrio da normalidade psíquica, nos traumatismos emocionais, na depressão ou no desgaste psicológico, nas situações de constrangimento moral" (in Dano moral. Apud Sebastião Geraldo de Oliveira. Indenizações por Acidente do Trabalho ou Doença Ocupacional. São Paulo: LTr, 2006. 2 ed., p. 187).

O dever de reparação do dano causado a bem extrapatrimonial está consolidado no art. 5º, incisos V e X, da Constituição da República, que assim dispõem:

"V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

No entanto, tal dever de reparação está condicionado à existência cumulativa de três elementos enumerados no art. 186 do Código Civil, que adota, como regra, a teoria da responsabilidade subjetiva: o ato ilícito, comissivo ou omissivo; o dano efetivo e o nexo de causalidade. É o que se extrai da redação da norma supracitada:

"Art. 186 - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

Também dispõe o art. 187 do Código Civil:

"Art. 187 - Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes".

Além disso, o art. 927 do mesmo codex estabelece que "*Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo*".

Nesse sentido, manifestam-se os E. Tribunais:



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DISPENSA POR JUSTA CAUSA. AFRONTA AOS ARTIGOS 5º, LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E 186 DO CC. NÃO CONFIGURAÇÃO. MATÉRIA DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 126. NÃO PROVIMENTO. 1. O artigo 186 do CC estabelece a responsabilidade civil pela prática de ato ilícito. Do conceito legal podem ser extraídos os seguintes requisitos para a configuração da obrigação de reparar o dano: a verificação de uma conduta antijurídica, a existência do dano e o nexo de causalidade entre uma e outro. 2. No caso concreto, o Colegiado Regional, com arrimo na prova testemunhal, concluiu que não restaram caracterizados a violação do direito e o dano causado ao reclamante. Para decidir-se de forma diversa seria necessário revolver-se o suporte fático, o que é defeso nesta esfera recursal, a teor do que expressa a Súmula nº 126. 3. Agravo de instrumento a que se nega provimento" (TST - AIRR - 170200-16.2002.5.18.0011, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 11/06/2008, 7ª Turma, Data de Publicação: 13/06/2008).

Contudo, não se pode esquecer que o instituto da indenização por danos morais não pode ser banalizado, nem a Justiça do Trabalho se transformar em instrumento da indústria de indenizações, devendo cada caso ser analisado cuidadosamente, evitando-se exageros e injustiças, e também que qualquer aborrecimento ou descontentamento se transforme em indenização, mesmo porque o fato a ensejar dano à honra ou à dignidade do trabalhador deve ser relevante e devidamente comprovado.

Em relação ao ônus da prova, cabe mencionar que pertence ao ofendido, pois se trata de fato constitutivo de seu direito (art. 818 da CLT e art. 333, I do CPC), que deve demonstrar de forma inequívoca a ocorrência de lesão a seus bens imateriais.

No presente caso, o autor narrou na petição inicial que sua estada na instituição após a reintegração, ocorrida em 17-02-2004 por força da decisão judicial, foi profundamente abalada por atitudes da Diretora Sra. Eunice Fumagali, que fez comentário irônico ao receber o mandado judicial de reintegração, bem como diminuiu sua habitual carga horária. Alegou que era tratado como "persona non grata", excluído de reuniões, e que a coordenadora Nádia Mikos divulgou na "internet"



PROCESSO N° TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

que o autor dava aulas na instituição por força de decisão liminar, com o intuito de desmoralizá-lo, forçando-o a pedir demissão (fls. 8/14).

A reprodução do diálogo feito na "internet" por alunos da instituição (fl. 54), juntado com a inicial, corrobora as alegações do autor acerca da divulgação do fato de que o seu retorno ao corpo docente se deu por força de decisão judicial e que tal divulgação teve como objetivo prejudicar sua reputação perante alunos e colegas.

Da prova oral colhida em audiência, tem-se o seguinte (fls. 282/286):

A primeira testemunha do autor, Paula Letícia Bronemann Miner, afirmou que:

"1. depoente pela rede social Orkut participava da comunidade Faculdade de Direito de Curitiba, fazendo parte alunos e ex alunos, participando a depoente na condição de ex aluna; o que chamou a atenção da depoente foi o fato de ter sido aberto um fórum de debates intitulado " quem é este louco do Munir? "; o teor da conversa era basicamente de que uma aluna chamada Ana Flávia que havia procurado a professora Nádia com a intenção se fazer um abaixo assinado para tirar o professor Munir da faculdade; **na conversa Ana Flávia afirmava que a professora Nádia tinha dito que a faculdade nada poderia fazer sobre a questão do professor Munir, em razão de que ele estava trabalhando em decorrência de liminar, conseguida mediante pedido de reintegração; acha a depoente que mais de 200 pessoas participavam dessa comunidade nessa época; os comentários na referida rede social repercutiram no trabalho do professor Munir na Procuradoria de Justiça; depoente nunca conversou pessoalmente com Ana Flávia, sabendo dos comentários apenas via Orkut; depoente não sabe informar se foram apurados os comentários referidos no Orkut, a fim de constatar se efetivamente tinha sido a professora Nádia quem teria comentado sobre a situação do professor Munir ou se foi a própria Ana Flávia quem escreveu como bem entendeu; deixa claro a depoente que nessa época não tinha mais contato com seus colegas de escola e tudo o que chegou ao seu conhecimento foi via Orkut; a repercussão dos fatos na Procuradoria de Justiça ocorreu nos momentos de pausas para café, em razão de que os estagiários da Procuradoria já tinham estudado na ré e muitos faziam parte da comunidade no Orkut; perguntavam diretamente à depoente o**



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

que estaria acontecendo com o professor Munir, uma vez que a depoente tinha feito a defesa dele no Orkut; os estagiários não tomavam partido, mas apenas tinham curiosidade insaciável de saber mais e mais; **havia um assessor, Nélcio, o qual não participava da comunidade, mas a divulgação foi tão ampla que até ele, que não era membro da comunidade, era de São Paulo, tomou conhecimento dos fatos que estavam sendo comentados no Orkut;** Nélcio foi pessoalmente perguntar à autora o que estaria acontecendo; nas pausas de café, quando surgiam os comentários, depoente deixava claro que já tinha dado a sua opinião no Orkut e não estendia mais a conversa; o Orkut pode ser acessado no mundo inteiro; todo o conhecimento que a depoente teve sobre a questão do professor Munir foi via internet; por intermédio dessa conversa, presume a depoente que Ana Flávia tomou conhecimento da existência liminar por intermédio da professora Nádia, acrescentando "é isso que consta no início do fórum", ou seja, que Ana Flávia havia procurado a professora Nádia para tratar a respeito de um abaixo assinado que seria feito pelos alunos para tirar o professor Munir Gazal, sendo que **a professora Nádia informou Ana Flávia que a faculdade nada poderia fazer a respeito disso porque o professor Munir estava trabalhando sob liminar; examinando o documento de fls 54, reconhece que o ali contido era exatamente o que estava no início do fórum.**" " (fls. 284/285 - destaquei)

As demais testemunhas nada afirmaram acerca da questão.

Do teor da prova oral, infere-se claramente que houve divulgação pela coordenadora Nádia Mikos de que o autor dava aulas na instituição por força de decisão liminar e que tal informação postada em diálogo na "internet" teve como intuito desmoralizar o autor perante alunos e colegas, o que de fato ocorreu, inclusive com repercussão na Procuradoria de Justiça, onde o autor atuava como Procurador.

Em consequência, conclui-se pelo nexos causalidade decorrente da atitude perpetrada pela preposta da ré e o abalo à imagem, à honra e à autoestima do autor, com repercussão perante alunos, colegas e meio acadêmico.

Assim, entendo que nos casos relacionados a abalos de ordem moral é dispensável a produção de prova das repercussões injuriosas que a atitude da ré causou ao autor. Basta o implemento do ato ilícito



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

para criar presunção dos efeitos negativos na órbita subjetiva do ofendido.

Sérgio Cavalieri Filho (Programa de responsabilidade civil. 5. ed. São Paulo, Malheiros, 2004, p. 100-101), ao discorrer sobre a prova do dano moral entende que por se tratar de algo imaterial ou ideal, a prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para a comprovação do dano material. Seria uma demasia, algo até impossível, exigir que a vítima comprove a dor, a tristeza ou a humilhação através de depoimentos, documentos ou perícia; não teria ela como demonstrar o descrédito, o repúdio ou o desprestígio através dos meios probatórios tradicionais, o que acabaria por ensejar o retorno à fase da irreparabilidade do dano moral em razão de fatores instrumentais.

Destarte, comprovado o ato ilícito praticado pela parte ré, que ocasionou lesão de ordem moral ao autor, irreparável a sentença quanto à condenação da recorrente ao pagamento de indenização por danos morais.

Mantenho” (págs. 234-240).

Por ocasião da interposição dos embargos de declaração pela reclamada, assim se manifestou o Regional sobre a matéria:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE ENSINO NOVO ATENEU

1. Apreciação do teor da prova oral

A ré alega que houve omissão quanto à apreciação do teor da prova oral relativa à ocorrência do dano moral e postula que haja expressa análise acerca "de ter a testemunha *"presumido"* os fatos que narrou (fls. 403/403,v).

Sem razão.

Ao contrário do alegado, não há omissão.

O pedido de pagamento de indenização por danos morais foi analisado em profundidade, consoante se observa às fls. 392,v/395,v do acórdão, com análise específica do teor da prova oral.

Na hipótese, o que se verifica é que a ré embargante pretende a reapreciação da matéria, o que enseja a rejeição dos embargos de declaração propostos, uma vez que não constituem o meio processual adequado para a reforma do julgado. Inconformismo com o teor do julgado não se resolvem



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

por meios de embargos de declaração, remédio processual impróprio para tanto, como se sabe.

Os embargos de declaração encontram nos art. 535 do CPC e 897-A da CLT as hipóteses legais de cabimento de modo que, fora das situações ali previstas, impõe-se a rejeição da medida.

Nada a acolher” (pág. 265) .

Nas suas razões de recurso de revista, sustenta a reclamada que deve ser afastada a sua condenação ao pagamento da indenização por danos morais, haja vista que “não há efetivamente nos autos, prova de que tenha o Autor suportado qualquer mácula à sua moral” (pág. 277) .

Razão não lhe assiste.

No caso, pugna a reclamada, com amparo em divergência jurisprudencial, seja reformada a sentença na qual foi condenada ao pagamento de indenização por danos morais.

No entanto, a alegada divergência jurisprudencial não ficou demonstrada, na medida em que os arestos trazidos para cotejo são inservíveis ao confronto de teses, porquanto oriundos do próprio órgão prolator da decisão recorrida, desatendendo, assim, ao disposto no artigo 896, alínea “a”, da CLT e atraindo a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 111 da SbDI-1 desta Corte.

Dessa forma, **não conheço** do recurso de revista.

3. REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO À INDENIZAÇÃO POR DANOS

MORAIS

CONHECIMENTO

Prejudicada a análise do recurso de revista da reclamada, no tema, em face do conhecimento e do provimento do recurso de revista do reclamante para majorar o valor da indenização por danos morais.

ISTO POSTO



PROCESSO Nº TST-RR-306600-08.2005.5.09.0003

ACORDAM os Ministros da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade: I - conhecer do recurso de revista do reclamante quanto ao tema "Rescisão Indireta. Redução da Carga Horária do Empregado. Imediatidade. Desnecessidade" por violação do artigo 483, alínea "d", da CLT e, no mérito, dar-lhe provimento para deferir o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho e condenar o reclamado a pagar as verbas rescisórias correspondentes a essa modalidade de ruptura do pacto laboral, conforme requerido na inicial; II - conhecer do recurso de revista do reclamante em relação ao tema "Indenização por Danos Morais. Disseminação da Notícia De Regresso do Empregado ao Trabalho em Decorrência do Cumprimento de Decisão Judicial, com a Finalidade de Ofender a sua Imagem. Majoração do Valor Arbitrado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)" por violação do artigo 5º, inciso V, da Constituição Federal e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para majorar a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais em favor do reclamante para o importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Incidência de juros desde o ajuizamento da ação, nos termos do artigo 883 da CLT, e correção monetária a partir da publicação desta decisão, nos termos da Súmula nº 439 do TST; III - conhecer do recurso de revista do reclamante no tema "Ação de Indenização por Danos Morais. Juros de Mora. Termo Inicial" por contrariedade à Súmula nº 439 e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar que os juros de mora incidam a partir da data do ajuizamento desta ação; IV - não conhecer do recurso de revista da reclamada e considerar prejudicada a análise do tema "Redução do Valor Arbitrado à Indenização por Danos Morais", em face do conhecimento e do provimento do recurso de revista do reclamante para majorar o valor da indenização por danos morais. Acrescem-se à condenação o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e custas, também acrescidas, pela reclamada, fixadas em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Brasília, 11 de dezembro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator